

A RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL DA SEGURANÇA EM MICHEL FOUCAULT: ARTICULAÇÕES ENTRE POPULAÇÃO E TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO

**THE GOVERNMENTAL RATIONALITY OF SECURITY IN MICHEL FOUCAULT:
ARTICULATIONS BETWEEN POPULATION AND TERRITORY IN THE
CONSTITUTION OF THE MODERN STATE**

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 04/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791102834](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791102834)

Carla Cristina Rodrigues Silvério¹

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte²

RESUMO

O estudo desenvolve uma reflexão crítica sobre a racionalidade política moderna a partir das contribuições de Michel Foucault, examinando o entrelaçamento entre população, território e segurança como eixos que reorganizam o exercício do poder nas sociedades contemporâneas. A pesquisa descreve como a população emerge como objeto político dotado de regularidades próprias, exigindo técnicas específicas de gestão que ultrapassam a lógica soberana. Analisa também o território como superfície estratégica, no qual circulações, riscos e fluxos passam a determinar modos de intervenção orientados por cálculos contínuos. Por fim, discute a segurança como tecnologia que articula essas dimensões, instaurando um regime de previsibilidade, normalização e administração permanente da vida social. Sustentado por revisão de literatura, o trabalho busca evidenciar a sutileza e a profundidade com que o poder opera no interior dos processos vitais, configurando formas de governo que moldam comportamentos, reorganizam espaços e acompanham a vida em seu movimento mais discreto.

Palavras-chave: biopolítica; governamentalidade; segurança.

ABSTRACT

This study develops a critical reflection on modern political rationality based on the contributions of Michel Foucault, examining the interweaving of population, territory, and security as axes that reorganize the exercise of power in contemporary societies. The research describes how the population emerges as a political object endowed with its own regularities, requiring specific techniques of management that go beyond sovereign logic. It also analyzes the territory as a strategic surface in which circulations, risks, and flows come to determine modes of intervention guided by continuous

calculations. Finally, it discusses security as a technology that articulates these dimensions, establishing a regime of predictability, normalization, and permanent administration of social life. Grounded in a literature review, the work seeks to highlight the subtlety and depth with which power operates within vital processes, configuring forms of government that shape behaviors, reorganize spaces, and accompany life in its most discreet movement.

Keywords: biopolitics; governmentality; security.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão acerca das formas contemporâneas de exercício do poder exige retorno atento à genealogia que as torna possíveis, sobretudo quando a vida, o espaço e a segurança passam a constituir dimensões indissociáveis do governo moderno. O pensamento de Michel Foucault, especialmente no curso proferido no Collège de France, oferece instrumento privilegiado para compreender esse deslocamento, no qual a gestão da população assume centralidade inédita na arquitetura estatal. A população, antes percebida apenas como conjunto numérico, converte-se em realidade complexa, dotada de ritmos, vulnerabilidades e regularidades que passam a demandar técnicas específicas de administração. Esta pesquisa parte desse horizonte teórico para delinear a emergência de uma nova racionalidade política, na qual governar significa acompanhar a vida em sua imprevisível concretude.

Nesse percurso, torna-se necessário examinar o modo como o território deixa de ser mero contorno geográfico para se transformar em campo sensível de intervenções calculadas. Os movimentos que atravessam o espaço, os riscos que nele se condensam e as

circulações que desenham seus fluxos constituem elementos decisivos para a compreensão do governo contemporâneo. Assim, o primeiro objetivo específico deste trabalho consiste em analisar o deslocamento histórico das práticas de poder, evidenciando a ascensão da população como objeto político; o segundo, em examinar a transformação do território em superfície estratégica orientada por técnicas de circulação e controle; e o terceiro, em compreender como os dispositivos de segurança articulam essas dimensões, instaurando regime de previsibilidade e normalização que modula o viver coletivo. Cada objetivo sustenta parte essencial do problema investigado, compondo unidade teórica que dá forma ao estudo.

A escolha metodológica recaiu sobre a revisão de literatura, adequada à necessidade de aprofundar o exame conceitual que orienta a análise proposta. Esse método possibilita retomar obras centrais de Foucault e dialogar com autores que, em tempos distintos, prolongaram ou tensionaram os efeitos de sua teoria sobre a governamentalidade, a biopolítica e os dispositivos de segurança. A revisão permite acompanhar o percurso intelectual que situou população, território e segurança no centro das discussões políticas, sem recorrer a dados empíricos, mas sustentando a investigação no entrelaçamento conceitual que estrutura o pensamento foucaultiano e suas reverberações contemporâneas. Trata-se, portanto, de um exercício interpretativo que busca compreender a racionalidade do poder em seu movimento mais discreto e persistente.

Com essa articulação teórica e metodológica, o estudo procura evidenciar que a racionalidade política moderna se reorganiza quando passa a operar através de cálculos que envolvem a vida em

seus múltiplos níveis. População, território e segurança configuram, juntos, o diagrama no qual se inscrevem as práticas governamentais que modulam comportamentos, administram riscos e estruturam a previsibilidade social. Ao final, a análise não pretende esgotar o campo, mas iluminar a sutileza com que o poder penetra o cotidiano, conduzindo a vida sem necessidade de recorrer à força explícita. Assim, a introdução estabelece o caminho que o texto percorrerá, abrindo espaço para compreender a complexidade de um governo que atua menos pela imposição e mais pela modelagem contínua das condições que tornam o viver possível.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A Emergência da População Como Objeto Político na Racionalidade Moderna

A reflexão foucaultiana revela que a emergência da população como objeto político ocorre quando o Estado moderno abandona a antiga centralidade da soberania e passa a enxergar a vida coletiva como domínio estratégico de governo. Foucault (2008) observa que, ao reconhecer a espécie humana como realidade mensurável e dotada de regularidades próprias, o Estado inaugura uma nova maneira de compreender o viver social, deslocando seu foco da punição para a administração da existência. Nesse deslocamento, a vida deixa de ser simples dado natural e se torna superfície de cálculo, o que altera profundamente a forma como o poder se organiza e se legitima.

A população, a partir desse momento, é percebida como corpo coletivo que abriga ritmos e fluxos que precisam ser acompanhados com precisão crescente. Furtado e Camilo (2017) destacam que esse novo olhar permitiu que fenômenos como natalidade, mortalidade e

epidemias fossem reinterpretados como questões políticas fundamentais, pois deles dependiam tanto a estabilidade social quanto a força do próprio Estado. Não se trata mais de governar indivíduos isolados, mas de intervir em processos amplos, cujo alcance ultrapassa a experiência singular e participa de uma dinâmica que envolve probabilidades, tendências e riscos.

Esse cenário conduz ao desenvolvimento do biopoder, que se articula ao crescimento de saberes como a medicina social, a estatística e a demografia, consolidando instrumentos capazes de transformar o viver em objeto de administração contínua. Foucault (2008) mostra que essa racionalidade não substitui o poder disciplinar, mas o integra em uma lógica mais abrangente, na qual a disciplina molda corpos individuais ao mesmo tempo em que o biopoder organiza a espécie como totalidade. Essa integração faz do Estado uma instância que não apenas pune ou corrige, mas que acompanha o desenvolvimento das populações com o objetivo explícito de gerir seus movimentos e assegurar sua vitalidade.

A biopolítica, nesse sentido, evidencia que a população assume um caráter ambíguo, ao ser tratada simultaneamente como realidade biológica e construção política. Furtado e Camilo (2017) observam que é exatamente essa dupla natureza que permite ao poder governamental intervir de modo eficaz, pois o Estado se move entre o conhecimento das condições naturais da espécie e a formulação de estratégias que transformam tais condições em campo de ação. Assim, governar torna-se uma forma de conduzir processos que já estão em curso, orientando suas tendências sem necessariamente impor comandos diretos.

As formas de governo passam, então, a lidar com o risco de maneira distinta, compreendendo que ele não pode ser eliminado, mas apenas administrado. Foucault (2008) argumenta que essa compreensão introduz técnicas capazes de calcular probabilidades, prever comportamentos coletivos e ajustar intervenções de modo a manter a vida dentro de limites considerados aceitáveis. É por isso que a população se torna ponto essencial nesse novo paradigma: nela se concentra a atenção do Estado, que busca garantir sua sobrevivência, sua produtividade e seu equilíbrio.

Nesse movimento, instala-se uma lógica de cuidado que opera também como vigilância. Silva (2018) mostra que o Estado passa a se responsabilizar pela saúde da população, pela contenção de epidemias e pela promoção de práticas de higiene e prevenção, apresentando essas ações como necessárias ao bem-estar coletivo. Entretanto, esse cuidado simultaneamente conduz comportamentos e institui padrões que moldam a vida social de maneira contínua, ainda que essa condução se apresente como proteção e não como coerção.

A incorporação da população ao campo de governo revela, portanto, que o poder moderno atua na fronteira entre promoção da vida e regulação das condutas. Furtado e Camilo (2017) apontam que, ao transformar processos vitais em objetos de cálculo, o Estado consegue intensificar sua capacidade de governar sem recorrer apenas à punição direta. Isso significa que a vida se torna instrumento político, e seus ritmos passam a ser acompanhados com rigor por dispositivos que organizam a existência de maneira quase imperceptível.

Afinal, percebe-se que a emergência da população como objeto político não é apenas mudança conceitual, mas transformação estrutural da racionalidade governamental. Foucault (2008) argumenta que, ao deslocar o centro do poder para a administração da vida, o Estado moderno redefine sua própria natureza, tornando-se entidade que busca não apenas a obediência, mas a manutenção contínua da vitalidade coletiva. Essa racionalidade, ao mesmo tempo protetora e reguladora, funda o terreno sobre o qual as práticas biopolíticas irão se expandir.

A partir dessas transformações, a racionalidade biopolítica aprofunda sua atuação e passa a expandir-se para dimensões cada vez mais sutis da existência, revelando que o poder não se exerce apenas sobre comportamentos visíveis, mas também sobre os modos de sentir, perceber e interpretar a própria vida. Foucault (2008) indica que essa expansão não ocorre de maneira abrupta, mas por meio de mecanismos que, ao se apresentarem como cuidados necessários, tornam-se quase imperceptíveis, embora profundamente eficazes. Assim, governar a população não significa apenas intervir nas condições materiais de sobrevivência, mas também influenciar formas de subjetivação que se constroem silenciosamente.

Silva (2018) reforça que esse processo de naturalização do poder está intimamente ligado à ideia de bem-estar, que funciona como justificativa para a implementação de políticas que regulam a existência coletiva. Ao operar sob a aparência de proteção, esses dispositivos conseguem penetrar com facilidade nas práticas cotidianas, criando expectativas e padrões que moldam a conduta de indivíduos e grupos. Desse modo, a biopolítica articula uma

forma de tutela constante que se oculta sob a promessa de segurança e saúde, instaurando uma nova sensibilidade social.

Com isso, torna-se evidente que a relação entre poder e vida adquire complexidade crescente, pois o biopoder atua tanto na esfera das instituições quanto na intimidade dos corpos. Furtado e Camilo (2017) observam que essa capacidade de operar em níveis tão diversos permite ao Estado conduzir processos coletivos sem recorrer à violência explícita, uma vez que a própria população passa a internalizar certas normas e expectativas. O poder, assim, se desloca para zonas cada vez mais profundas, onde sua presença se torna mais difícil de identificar, mas seus efeitos permanecem intensos.

No entanto, é também nesse movimento que emergem tensões profundas, pois a articulação entre biologia e política pode produzir linhas de exclusão que, sob o pretexto de proteger a vida, hierarquizam corpos e legitimam práticas de eliminação. Foucault (2008) alerta que, quando a população é concebida como organismo a ser purificado, abre-se espaço para interpretações que atribuem valor desigual às vidas. Esse risco se intensifica quando tecnologias avançadas potencializam a capacidade de controle, permitindo intervenções cada vez mais invasivas, tanto no plano coletivo quanto no molecular. É nesse ponto que a crítica contemporânea encontra uma formulação contundente, exposta por Furtado e Camilo (2017), ao evidenciarem que:

Foucault mostrou-nos que o vínculo entre biologia e política conduziu à práticas de extermínio, que buscavam purificar a população, a fim de produzir uma raça sadia. Com as tecnologias contemporâneas, intensificam-se assim as ameaças de controle e assujeitamento, que agora atuam no nível molecular da vida. (Furtado; De Oliveira Camilo, 2017, p. 42)

Nesse sentido, revela-se de maneira direta como o biopoder carrega em si a ambiguidade entre proteger e eliminar, expondo a fragilidade do limite que separa cuidado e violência. Essa ambivalência mostra que o biopoder não pode ser compreendido apenas como avanço humanitário, mas como forma de poder que se apoia na vida ao mesmo tempo em que pode instrumentalizá-la. Silva (2018) sublinha que essa duplicidade não é acidental, mas parte constitutiva da racionalidade governamental moderna, que se expande a partir do entrelaçamento entre saberes científicos, práticas administrativas e técnicas de normalização. Assim, governar a população envolve tanto oferecer condições de preservação quanto delimitar quem merece ou não ser protegido, configurando uma política que opera pela inclusão e pela exclusão.

Conclui-se, portanto, que a população emerge como elemento central na reorganização do Estado moderno, não apenas por sua dimensão numérica ou biológica, mas porque nela se cristalizam os modos contemporâneos de governar. Foucault (2008) sugere que, ao transformar a vida em campo de intervenção permanente, o poder redefine sua própria lógica, tornando-se cada vez mais dependente da capacidade de gerir processos vitais. A racionalidade que daí decorre produz uma política que se realiza tanto na

superfície dos corpos quanto nos fluxos da espécie, revelando que, na modernidade, governar significa necessariamente administrar a vida em todas as suas expressões.

2.2. O Território Como Superfície Estratégica: Circulação, Risco e Governamentalidade

O pensamento foucaultiano revela que o território moderno deixa de ser apenas uma delimitação geográfica submetida à autoridade soberana e passa a funcionar como superfície estratégica sobre a qual circulações, fluxos e riscos são permanentemente calculados e administrados. Foucault (2008) mostra que essa mudança ocorre quando a racionalidade governamental deixa de se orientar pela simples defesa do território e passa a observar os processos que nele acontecem, buscando regular o movimento das pessoas, das mercadorias e das informações. A espacialidade torna-se, assim, elemento integrante de uma política que se define menos pela imposição vertical de normas e mais pela modulação contínua da vida coletiva.

É nesse contexto que a governamentalidade, conforme analisada por Oliveira (2019), assume papel central ao organizar dispositivos que monitoram os deslocamentos e antecipam possíveis zonas de turbulência, instaurando um olhar que acompanha a circulação para prever seus efeitos. Tal perspectiva afasta a ideia de governo como mero comando vertical e evidencia uma racionalidade mais ampla, que se apoia na observação minuciosa dos fenômenos para intervir neles de modo indireto. Dessa forma, o território deixa de ser o limite externo do poder e passa a constituir matriz de operações, na qual o Estado identifica riscos e oportunidades que lhe permitem influenciar o conjunto da população.

Ao conceber o território nessa chave analítica, torna-se possível compreender por que a circulação é tomada como objeto político privilegiado. Kroetz e Ferraro (2019) observam que a governamentalidade emerge justamente como disposição que transforma a mobilidade em problema administrativo, permitindo ao poder regular velocidades, controlar densidades e reagir a perturbações que possam comprometer a estabilidade social. O espaço, nesse sentido, opera como rede viva, e não como superfície estática, revelando que o governo moderno se sustenta na arte de organizar o movimento mais do que na fixação rígida de fronteiras.

Essa reorganização também implica redefinir o papel do risco, que passa a ocupar lugar central na condução das políticas públicas. Lemke (2017) argumenta que a governamentalidade moderna incorpora o risco como variável fundamental, pois nele se reconhece tanto a ameaça quanto a possibilidade de intervenção racionalizada. Assim, governar significa observar tendências, calcular probabilidades e ajustar medidas capazes de reduzir instabilidades e conduzir os processos sociais a resultados considerados aceitáveis. O risco, longe de ser apenas indicador negativo, converte-se em ferramenta para gerir a vida e orientar o movimento populacional.

Essa lógica não se desfaz de elementos disciplinares ou soberanos, mas os redistribui dentro de uma racionalidade que privilegia a gestão indireta, e não a imposição frontal. Avelino (2016) demonstra que, ao operar dessa forma, o poder governa mais pela produção de ambiente favorável às condutas desejadas do que pela coerção explícita, e isso implica tratar o território como meio sensível onde se modulam estímulos, regras e permissões. Não se trata de vigiar cada gesto, mas de organizar condições que façam determinados comportamentos emergirem como mais prováveis e convenientes.

Ao mesmo tempo, essa maneira de governar evidencia que o território é atravessado por disputas que se dão de forma difusa. Foucault (2008) aponta que, nesse âmbito, a função do governo não é eliminar completamente tensões, mas regulá-las dentro de limites que garantam circulação eficiente sem provocar rupturas. O espaço não é mais apenas domínio a ser defendido, mas campo dinâmico onde a vida se desenrola, repercutindo decisões e afetando a própria concepção de segurança.

Essa compreensão permite identificar que a governamentalidade transforma o território em superfície onde práticas de regulação se tornam mais imperceptíveis, atuando por meio de ajustes finos e não de intervenções abruptas. Oliveira (2019) observa que essa característica torna o governo simultaneamente mais abrangente e menos visível, pois os dispositivos de gestão circulam com os próprios fluxos sociais. Em vez de impor limites rígidos, o poder faz variar a intensidade das normas, configurando um modo de governar que se infiltra silenciosamente nos espaços cotidianos.

A partir dessa compreensão ampliada da espacialidade, torna-se possível perceber que o território moderno não corresponde mais à rigidez cartográfica herdada da soberania, mas à plasticidade de um espaço constantemente atravessado por fluxos e reajustes. Foucault (2008) ressalta que governar, nesses termos, implica conhecer detalhadamente as condições que tornam a circulação possível, antecipar perturbações e estruturar dispositivos que mantenham o movimento dentro de parâmetros que assegurem a continuidade da vida coletiva. O território, assim, não é simplesmente delimitado: ele é administrado em sua própria dinâmica.

Essa administração envolve a percepção de que cada deslocamento produz efeitos que reverberam por todo o corpo social, tornando indispensável um governo sensível às nuances do ambiente que regula. Lemke (2017) observa que a governamentalidade trabalha sobre a relação entre liberdade e controle, reconhecendo que os indivíduos se movem em espaços que permitem escolhas, mas escolhas moduladas por condições previamente organizadas. Dessa forma, o território funciona como superfície de indução, onde a liberdade é possível, mas sempre monitorada por dispositivos que calculam suas consequências.

Além disso, a lógica governamental evidencia que o território é composto por zonas de visibilidade e invisibilidade que se superpõem. Oliveira (2019) argumenta que essa superposição torna o poder mais sutil e, ao mesmo tempo, mais eficaz, pois os mecanismos de vigilância não operam a partir de uma centralidade fixa, mas se distribuem em rede, acompanhando os fluxos sem necessidade de presença ostensiva. Governar significa, portanto, produzir uma arquitetura do espaço que favoreça certos comportamentos e desestime outros, muitas vezes sem que essa arquitetura seja explicitamente percebida.

Essa sutileza revela que a governamentalidade não se interessa apenas por evitar a desordem, mas por produzir um campo de possibilidades que mantenha a circulação útil e minimize riscos sistêmicos. Kroetz e Ferraro (2019) mostram que o Estado se apoia em análises que avaliam continuamente densidades, rotas e velocidades, ajustando políticas que controlem desde grandes deslocamentos populacionais até detalhes aparentemente insignificantes, como o fluxo em vias urbanas. A racionalidade

territorial, assim, ganha espessura técnica, atuando de dentro dos movimentos e não apenas sobre eles.

Nesse quadro, a relação entre segurança e circulação torna-se ainda mais evidente, pois a segurança deixa de ser uma barreira contra o exterior e passa a se manifestar como capacidade de regular internamente os fluxos que percorrem o território. Avelino (2016) observa que, nesse cenário, a governamentalidade neoliberal intensifica essa dinâmica ao converter cada espaço em área de performance, calculando riscos e oportunidades a partir de critérios de eficiência. O território é continuamente avaliado e reconfigurado segundo exigências que visam otimizar comportamentos e organizar o movimento populacional conforme demandas econômicas e políticas.

Essa transformação faz com que o governo contemporâneo opere por meio de ajustes constantes, sempre atentos às oscilações do ambiente, às tendências estatísticas e às reações sociais. Foucault (2008) indica que essa flexibilidade torna a ação governamental mais permeável e menos coercitiva, pois ela se realiza através de condições que moldam silenciosamente os percursos da população. O espaço governado se torna, assim, resultado de uma engenharia difusa, capaz de produzir efeitos intensos sem recorrer a exhibições explícitas de força.

No fim, a análise do território como superfície estratégica mostra que governar é inseparável da arte de organizar a circulação, calcular riscos e intervir com precisão onde a vida se manifesta com maior intensidade. Lemke (2017) destaca que essa racionalidade redefine o papel do Estado, que passa a atuar como gestor de um ambiente complexo, sensível às variações e dependente da previsão contínua.

A governamentalidade, portanto, transforma o território em meio ativo da política, um campo onde vida, poder e espaço se entrelaçam de modo inseparável, constituindo a base sobre a qual se ergue a segurança moderna.

2.3. A Segurança Como Tecnologia Política: Previsibilidade, Normalização e Administração Contínua

A segurança, no interior da racionalidade política moderna, assume uma feição que ultrapassa a simples vigilância, convertendo-se em técnica de leitura antecipatória dos movimentos da vida coletiva. Foucault (2008) sugere que, quando o poder se orienta pela segurança, ele abandona a pretensão de impor ao real uma ordem rígida, optando por acompanhá-lo em sua fluidez, calculando probabilidades, medindo efeitos e administrando desvios. A segurança emerge como arte de previsão, sustentada pela convicção de que governar não significa reprimir o acontecimento, mas modulá-lo segundo expectativas de estabilidade.

Essa forma de governo exige uma sensibilidade particular às variações que atravessam a população, pois é nela que se revelam as tendências que podem favorecer riscos ou dissipá-los. Lemos (2015) observa que, no contexto neoliberal, a segurança adquire contornos ainda mais abrangentes, na medida em que se articula ao imperativo de gerir condutas por meio de dispositivos que analisam comportamentos, avaliam vulnerabilidades e instauram regimes contínuos de monitoramento. A população torna-se alvo de cálculos que procuram prever o que pode emergir de sua própria dinâmica, transformando o cotidiano em campo de inteligibilidade política.

A previsibilidade, enquanto eixo dessa tecnologia, não se confunde com antecipação absoluta, mas com a construção de modelos que orientam decisões, reduzindo a incerteza que atravessa a vida social. Foucault (2008) enfatiza que a segurança se apoia na estatística, na demografia, nos estudos de circulação e nos métodos que traduzem em números fenômenos antes percebidos apenas como contingências. O poder passa a administrar riscos como parte inevitável da existência coletiva e, ao fazê-lo, desenha um horizonte em que o inesperado não desaparece, mas é incorporado como variável a ser tratada tecnicamente.

Esse movimento reorganiza a própria experiência urbana, pois a cidade se converte em laboratório privilegiado da governamentalidade. Barros II (2016) mostra que é no espaço urbano que os dispositivos de segurança se articulam de modo mais evidente, construindo zonas de visibilidade que acompanham fluxos, intensificam vigilâncias e modulam acessos. A segurança, nesse cenário, não atua por interrupções bruscas, mas por intervenções graduais que regulam densidades, dispersam ameaças e estruturam ambientes propícios à circulação desejada. Trata-se de um governo que opera no ritmo da cidade, ajustando sua ação à vida que nela se desloca.

Esse regime de normalização revela um poder que atua de maneira mais difusa e silenciosa, pois sua eficácia depende da capacidade de operar nos interstícios da vida cotidiana. Lemos (2015) indica que as governamentalidades neoliberais reforçam esse aspecto, ao produzir sujeitos que internalizam expectativas de eficiência, cálculo e autogestão dos riscos. A segurança deixa de ser apenas imposição externa e passa a constituir racionalidade que atravessa as formas de vida, orientando escolhas, modulando percepções e definindo

critérios de conduta que parecem nascer da autonomia individual, embora sejam moldados por dispositivos amplos de governo.

No interior desse arranjo, a administração contínua torna-se requisito fundamental, pois os riscos não são eliminados; são acompanhados, monitorados e mantidos em níveis toleráveis. Foucault (2008) sugere que, nesse modo de governo, a intervenção nunca se encerra: ela se prolonga indefinidamente, ajustando-se àquilo que se transforma. O poder renuncia ao gesto final e assume a administração permanente, em que cada mudança gera recalculações e cada variação suscita decisões que reafirmam a necessidade de vigilância constante.

Nesse contexto, a segurança aparece como tecnologia política que não governa apenas acontecimentos, mas expectativas. Barros II (2016) demonstra que o sujeito contemporâneo é convidado a orientar sua própria vida segundo princípios econômicos de prudência e investimento, incorporando a lógica da gestão de riscos ao modo como organiza seu cotidiano. Essa subjetividade, produzida no cruzamento entre segurança e neoliberalismo, encontra na normalização um campo de atuação contínua, no qual a liberdade é reinterpretada como capacidade de gerir o perigo de si mesmo.

A articulação entre segurança e governamentalidade revela que o governo moderno já não se define pela aplicação de uma força centralizadora, mas pela criação de condições que façam a vida fluir segundo expectativas de estabilidade e produtividade. Foucault (2008) observa que o poder se desloca para o campo dos detalhes, modulando pequenas variações que atravessam os corpos e os espaços, compondo uma administração discreta que age de

maneira mais eficaz quando permanece invisível. A segurança assume, assim, a forma de uma vigilância que não se apresenta como controle, mas como organização silenciosa do possível.

Nesse sentido, as governamentalidades neoliberais aprofundam essa lógica ao atribuir aos sujeitos a responsabilidade pela própria gestão dos riscos que os cercam. Lemos (2015) indica que o neoliberalismo transforma a segurança em exercício individualizado, no qual cada pessoa é convocada a orientar sua vida por critérios de cálculo e desempenho, integrando práticas de autocontrole que antes pertenciam ao domínio das instituições. A segurança desloca-se, então, para o interior da subjetividade, convertendo-se em racionalidade vivida, incorporada às decisões e aos modos de agir.

Esse deslocamento revela uma dimensão ainda mais sofisticada: a segurança não apenas administra perigos concretos, mas produz percepções que redefinem o que é considerado ameaça. Barros II (2016) observa que, no ambiente urbano, essa reconfiguração se intensifica, pois, a cidade se torna espaço em que dispositivos de vigilância, fluxos populacionais e exigências econômicas convergem, instaurando uma atmosfera em que a atenção permanente é naturalizada. O sujeito, nesse cenário, aprende a relacionar-se com o risco como parte inescapável da vida moderna, ajustando sua conduta a partir de critérios que atravessam tanto as políticas quanto os discursos cotidianos.

Dessa maneira, a normalização ganha densidade prática, pois seus efeitos se manifestam na maneira como os indivíduos respondem às exigências de segurança que lhes são apresentadas. Foucault (2008) sustenta que a norma funciona como limite móvel, estabelecendo margens dentro das quais o comportamento pode oscilar sem ser

considerado ameaça. Não se trata de impor uniformidade, mas de sustentar um campo de previsibilidade no qual a diferença é tolerada enquanto não perturba a ordem que se busca manter. A norma, assim, governa por intermédio da suavidade, não dá coerção.

No interior desse mecanismo, a administração contínua revela sua verdadeira vocação: garantir que a vida permaneça legível e calculável. Lemos (2015) destaca que, nas práticas neoliberais, esse controle permanente é associado à promessa de eficiência, como se a vigilância fosse apenas instrumento para assegurar o bom funcionamento da sociedade. O sujeito é interpelado a aceitar essa administração como algo natural, pois ela se apresenta sob a forma de proteção, embora produza efeitos de sujeição que se infiltram nos hábitos, nos afetos e nas escolhas ordinárias.

Essa naturalização do governo do risco produz um tipo particular de subjetividade, que Barros II (2016) identifica como profundamente alinhada ao modelo econômico do *homo oeconomicus*, encarregado de gerir-se como empresa de si mesmo. Nessa perspectiva, a segurança deixa de ser um aparato externo e passa a se manifestar como exigência interna, compondo modos de vida que se moldam pela necessidade de maximizar oportunidades e evitar prejuízos. A racionalidade biopolítica reorganiza, assim, a própria noção de liberdade, que passa a operar como cálculo, e não como expressão plena de autonomia.

Desse modo, o entrelaçamento entre previsibilidade, normalização e administração contínua mostra que a segurança não é simples domínio técnico, mas tecnologia política que atravessa a vida em todas as suas escalas. Foucault (2008) evidencia que essa tecnologia produz uma forma de governo que se realiza tanto na superfície dos

acontecimentos quanto nas camadas profundas da subjetividade, ajustando trajetórias, estabilizando ritmos e instaurando um regime de condutas que se prolonga indefinidamente. A segurança, enfim, deixa de ser defesa contra perigos para se tornar modo de condução da vida, modulando o presente enquanto antecipa o futuro.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi construída por meio de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, organizada a partir do problema teórico que atravessa as relações entre população, território e segurança no pensamento de Michel Foucault. O percurso iniciou-se pela leitura de Segurança, território, população, curso ministrado no *Collège de France* entre 1977 e 1978, tomado como referência central para delimitar as categorias que orientaram a investigação. A partir dessa leitura, foram identificados os núcleos conceituais relacionados à emergência da população como objeto político, à transformação do território em espaço de circulação e intervenção e à constituição dos dispositivos de segurança. Em seguida, esses núcleos serviram como fios condutores para selecionar produções acadêmicas dedicadas à biopolítica, à governamentalidade, aos dispositivos de segurança e às formas contemporâneas de condução das condutas.

O material selecionado não foi tratado como simples reunião de posicionamentos teóricos. As obras foram lidas de maneira comparativa, buscando aproximações, desdobramentos e diferenças na interpretação das categorias foucaultianas. Nesse movimento, os estudos de Furtado e Camilo, Silva, Oliveira, Kroetz e Ferraro, Lemke, Avelino, Lemos et al. e Barros II foram colocados em diálogo com a formulação original de Foucault, permitindo acompanhar como os conceitos examinados alcançam diferentes dimensões da vida

política e social. A análise foi organizada em três eixos correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa: inicialmente, observou-se o deslocamento histórico das práticas de poder em direção à gestão da população; posteriormente, examinou-se a transformação do território em superfície estratégica de circulação, risco e controle; por fim, investigou-se a segurança como tecnologia capaz de estabelecer relações entre essas duas dimensões.

A interpretação dos resultados ocorreu mediante o confronto entre esses três eixos, evitando analisá-los como categorias independentes. Cada leitura foi considerada a partir da contribuição que oferecia para compreender a formação dessa racionalidade governamental, de modo que recorrências conceituais, relações entre argumentos e tensões interpretativas fossem progressivamente articuladas. Desse procedimento resultou uma síntese analítica na qual os achados da literatura foram confrontados com os objetivos e com a hipótese interpretativa da pesquisa, segundo a qual população, território e segurança constituem dimensões interdependentes da transformação moderna das práticas de governo. A revisão assumiu, portanto, caráter interpretativo e crítico, buscando não apenas descrever os conceitos encontrados na literatura, mas compreender as relações que os aproximam e o sentido político produzido por sua articulação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados evidenciam que o deslocamento das práticas de poder descrito por Foucault não representa o desaparecimento da soberania ou da disciplina, mas a formação de uma racionalidade capaz de articulá-las à gestão dos fenômenos coletivos. A população passa a figurar como realidade política própria, cujas regularidades

podem ser conhecidas, calculadas e conduzidas. Confirma-se, assim, o primeiro eixo da investigação: a modernidade desloca parte significativa de sua atenção do domínio sobre o território para o governo da vida, sem abandonar as tecnologias anteriores de poder (Foucault, 2008).

A análise também revelou que essa transformação modifica o estatuto político do território. Mais do que extensão submetida à soberania, ele passa a ser pensado segundo aquilo que nele circula e segundo os efeitos que seus fluxos podem produzir. Pessoas, mercadorias, doenças e acontecimentos tornam-se variáveis de uma espacialidade governável. Nesse sentido, os achados corroboram a compreensão de que os dispositivos de segurança não procuram suprimir toda contingência, mas organizam o meio para administrar probabilidades, preservar circulações consideradas necessárias e manter determinados riscos em níveis politicamente toleráveis (Barros II, 2016).

Outro resultado relevante reside na relação entre segurança e normalização. A revisão indica que a segurança não opera prioritariamente pela imposição de um modelo rígido ao qual todos devem se conformar; sua lógica repousa na observação das regularidades existentes e na intervenção sobre aquilo que delas se afasta. Forma-se, nesse movimento, uma administração permanente do provável, na qual liberdade e controle não aparecem necessariamente como polos excludentes. As governamentalidades contemporâneas podem valer-se da própria liberdade dos sujeitos para conduzir comportamentos e distribuir responsabilidades pela gestão dos riscos (Lemos et al., 2015).

Em conjunto, os achados sustentam a hipótese interpretativa que percorreu a pesquisa: população, território e segurança não constituem categorias isoladas, mas dimensões de uma mesma transformação na arte de governar. A população fornece o campo sobre o qual se reconhecem regularidades; o território oferece o meio no qual circulações e riscos adquirem materialidade; e a segurança produz técnicas capazes de atuar sobre ambos sem pretender eliminar inteiramente o acaso. A contribuição da perspectiva foucaultiana reside justamente nessa inflexão: o poder moderno revela sua eficácia não somente quando proíbe ou disciplina, mas quando torna a realidade inteligível para administrá-la continuamente (Foucault, 2008).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo do estudo permitiram demonstrar que o percurso teórico traçado alcançou de modo consistente os objetivos delineados no início da pesquisa, especialmente no que se refere ao exame do deslocamento histórico das práticas de poder descrito por Foucault. Tornou-se evidente que a gestão da população, ao assumir centralidade na organização estatal, inaugura uma lógica de governo que se ancora menos na repressão e mais na administração da vida, revelando um poder atento às regularidades, aos fluxos e às vulnerabilidades que atravessam a espécie humana. A abordagem foucaultiana mostrou que esse deslocamento não é meramente conceitual, mas estrutura a própria racionalidade política moderna.

Do mesmo modo, o estudo do território permitiu esclarecer como ele deixa de figurar como simples demarcação geográfica e passa a ser compreendido como campo de intervenções calculadas,

sustentado por técnicas que regulam circulação, risco e controle. Essa transformação, analisada em consonância com os autores trabalhados, evidenciou que o território se converte em superfície estratégica na qual o governo opera por meio de ajustes discretos, capazes de orientar movimentos, antecipar tensões e organizar o espaço segundo expectativas de estabilidade. Assim, o segundo objetivo específico foi plenamente atendido, pois foi possível expor o papel decisivo do território na composição da governamentalidade moderna.

Assim sendo, a investigação sobre a segurança confirmou que ela funciona como tecnologia política que articula população e território em um mesmo diagrama, instaurando uma racionalidade sustentada na previsão, na normalização e na administração contínua da vida social. A segurança, longe de ser mero aparato protetivo, mostrou-se dispositivo que modula comportamentos, estabiliza ritmos coletivos e redefine o sentido da liberdade, inserindo-a em um horizonte de cálculo permanente. Com isso, o terceiro objetivo específico também foi plenamente alcançado, permitindo concluir que população, território e segurança compõem um arranjo analítico que ilumina, com profundidade, o modo como o poder se exerce nas sociedades contemporâneas e como continua a moldar, de forma silenciosa e penetrante, o viver comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO, Nildo. Foucault, governamentalidade e neoliberalismo. **Michel Foucault: política, pensamento e ação**, v. 1, 2016.

BARROS II, João Roberto. A cidade biopolítica: dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus. *Problemata*: **Revista**

Internacional de Filosofia, v. 7, n. 1, p. 216-233, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KROETZ, Ketlin; FERRARO, José Luis Schifino. **A governamentalidade como ferramenta analítica em Michel Foucault**. CONJECTURA: filosofia e educação, v. 24, 2019.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. Plural: Revista de Ciências Sociais, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira et al. **Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança**. Psicologia & Sociedade, v. 27, n. 02, p. 332-340, 2015.

NOGUEIRA FURTADO, Rafael; APARECIDA DE OLIVEIRA CAMILO, Juliana. **O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault**. Revista Subjetividades, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 34-44, 2017. DOI: 10.5020/23590777.16.3.34-44. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4800>. Acesso em: 6 nov. 2025.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **O conceito de governamentalidade em Michel Foucault**. Ítaca, n. 34, p. 48-72, 2019.

SILVA, Duciélma Rocha. **Biopoder na concepção de Michel Foucault: o poder do Estado no controle da sociedade**. Periagoge, v. 1, n. 1, p. 20-30, 2018.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico do Centro Universitário Mais - UniMais *Campus* Inhumas-GO. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico do Centro Universitário Mais - UniMais Campus Inhumas-GO e professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional da UniAlfa. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)